

**Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo – CMPOP**  
**Ata da Audiência Pública Setor “N”**

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas e treze minutos, na Universidade Federal Fluminense, teve início a Audiência Pública do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo - CMPOP, dedicada aos moradores das localidades que compõem o Setor “N”, com o objetivo de dirimir dúvidas da sociedade e ouvir as demandas para inclusão na lei orçamentária do próximo ano. A Audiência Pública contou com a participação de dez conselheiros que representam a sociedade civil – Antonio Augusto B. Lobo, Marcelo Coelho, Marisa Aparecida Dias, Naja Botelho, Oscar Valli, Pedro Barbosa de Carvalho, Sérgio Adriane Pires, Sydney Cleber de Oliveira, Vanderlei Campos, Uilson Alves Silva, sete representante do Poder Público – Márcio Senna Salgado, André Arrigoni e HansMuylaert (SEGEP), Flávio Fonte Vieira (SEMOP), Alcino de Souza e Maycon Prata (SAAE), Evandro Carvalho (SESEP) e dezenove cidadãos, cujas presenças estão assinaladas no Livro de Presença. Os representantes da SEMEDE, SEMUSA e SEMAP não compareceram. A Presidente do CMPOP – Sra. Marisa Aparecida Dias iniciou uma breve apresentação destacando os fundamentos legais que exigem a realização de audiências públicas como condição indispensável para aprovação das leis orçamentárias, apresentou a composição do CMPOP, explicou sucintamente as leis orçamentárias – finalidade e prazos, ressaltando que todas as intenções, todo o planejamento do governo têm que constar nas leis orçamentárias e a população não pode se iludir com discursos ou indicações sem lastro. Discorreu sobre o processo de coleta de informações dos municípios para orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual para dois mil e vinte e três. Acrescentou que as audiências públicas se estenderão até vinte e três de junho, seguindo-se a análise das propostas e discussões com o Poder Público, que tratará da exequibilidade das mesmas. Em seguida, a palavra foi passada para os representantes das Secretarias apresentarem os projetos e atividades em andamento ou previstas para o Setor “N”. O Conselheiro Flávio Fonte Vieira, representante da SEMOP, informou que a obra envolvendo as ruas São Luiz e Rio de Janeiro está na fase de projeto executivo. Um outro projeto envolvendo mais quatro ruas está no SAAE para concluir o projeto do esgoto. Franqueada a palavra para os presentes, ouvimos manifestações de nove municípios e dos três conselheiros que representam o setor, intercaladas por esclarecimentos prestados pelos representantes do Poder Público. Considerando-se ignorados pelo poder público, que despreza o Setor “N” em prol de áreas ocupadas irregularmente, vários municípios perguntaram sobre os critérios que guiam os investimentos na cidade, sem que obtivessem respostas. O Conselheiro Sérgio Adriane Pires estima que a urbanização total do Setor “N” custaria entre cinquenta a sessenta milhões de reais, valor que cabe dentro do valor de duzentos milhões de reais anunciados pelo Prefeito em recente entrevista. Durante os debates, ao fazer algumas considerações sobre o saneamento em Rio das Ostras, o Secretário Mário Baião apresentou para a plateia o teor do Ofício CMPOP 006/20227 por intermédio do qual o Conselho requer a realização de uma reunião pública para esclarecer a população sobre o cenário que se avizinha com a concessão dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto para a empresa Águas do Brasil. Durante a realização da audiência pública foram coletados dois formulários relacionando as prioridades apontadas pelos participantes presentes. A Audiência Pública foi encerrada às vinte e uma horas e dezenove minutos e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Marisa Aparecida Dias – Presidente e Vanderlei Campos – Conselheiro e Secretário “ad-hoc”.